

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CEC**

**30.05.2023**

\* \* \*

- Abre a reunião a Sra. Professora Bebel.

\* \* \*

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação e Cultura da 1ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura.

Registro, com muito prazer, a presença dos nobres deputados e deputadas. Deputado Lucas Bove está aqui entre nós. Ele não vai falar “presente”, porque eu sou professora. Eu, Professora Bebel, presente.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Presente, Professora.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Deputado Tomé Abduch.

**O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS** - Presente, Professora.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Guto Zacarias.

**O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO** - Presente.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Não, deputado Guto Zacarias, com todo o respeito.

**O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO** - Presente.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Deputada Marta Costa.

**A SRA. MARTA COSTA - PSD** - Presente, Professora.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Muito obrigada.  
Deputada Paula da Bancada Feminista.

**A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL** - Presente.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Muito obrigada a todos e todas. Solicita a secretária a leitura da Ata da reunião anterior.

**A SRA. MARTA COSTA - PSD** - Pela ordem, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Pois não.

**A SRA. MARTA COSTA - PSD** - Posso solicitar a dispensa da leitura da Ata?

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - É regimental o pedido de V. Exa., então a gente não lê a Ata.

Bom, nós só temos um item para deliberar nesta pauta, que é um requerimento. Eu tenho que passar a palavra para o vice-presidente, porque o requerimento é de minha autoria. Então, por favor, deputado Lucas Bove, nosso vice-presidente aqui da Comissão de Educação.

\* \* \*

- Assume a Presidência o Sr. Lucas Bove.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - LUCAS BOVE - PL** - Item 1 para deliberação. Requerimento nº 861, de 2023, de autoria da deputada Professora Bebel, que requer à Comissão de Educação e Cultura a realização de uma audiência pública na Câmara dos Vereadores de Piracicaba sobre o tema “Violência nas Escolas.

Tal solicitação se justifica, segundo a requerente, pela necessidade de debate do tema, visto a onda de violência ocorrida neste ano a docentes e estudantes nas escolas paulistas.

Em discussão.

**O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO** - Pela ordem, Presidente.

**A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL** - Pela ordem. Pode falar.

**O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO** - Eu gostaria de pedir vista no item 1, por favor. O deputado Tenente Coimbra não está presente, mas ele me solicitou para pedir vista, porque ele quer participar da discussão nas próximas reuniões dessa comissão. Então gostaria de pedir vista.

**O SR. PRESIDENTE - LUCAS BOVE - PL** - É regimental então. Dando sequência aqui, vamos passar a palavra novamente ao Sr. Thiago Soares, assessor técnico do Dieese, Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, que continuará sua apresentação sobre a análise do impacto da redução das verbas públicas para a Educação no estado de São Paulo.

\* \* \*

- Assume a Presidência a Sra. Professora Bebel.

\* \* \*

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Obrigada, deputado Lucas Bove. Bom, está entre nós também o deputado Dr. Eduardo Nóbrega. Muito prazer, viu?

Por favor, Thiago.

**O SR. THIAGO SOARES** - Obrigado. Pode passar para o próximo slide, por favor.

O impacto colocado pelo governador nas matrículas, quando a gente analisa de 2016 até 2021, a gente não vê essa grande diminuição no número de matrículas na rede estadual. O ensino fundamental teve até um ligeiro aumento, de 0,3%. O que teve realmente de queda foi o ensino médio. Teve uma queda nas matrículas de 14,4%.

Quando a gente vai analisar as condições e os motivos para a queda no número de matrículas no ensino médio, são várias variáveis. Tem a desistência mesmo, por conta da necessidade do trabalho, tem a falta de perspectivas com o ensino. Como a gente está pegando um período já do começo da pandemia, tem efeito da pandemia nesses números.

Então, para além de pensar a queda no número de matrículas, talvez seria interessante pensar a busca por esses alunos, sobretudo do ensino médio, para fazer com que os planos, tanto o Plano Estadual de Educação quanto as metas colocadas para o aumento da inserção de jovens no ensino superior, sejam atingidos.

Quando a gente analisa os dados da queda de natalidade versus o número de matrículas, pensando que o Orçamento é pensado para o momento, ele é pensado para o agora, acaba não tendo muita relação a perspectiva de diminuir o limite mínimo mediante a queda de matrículas. Próximo.

Um dos pontos interessantes para a gente pensar o limite mínimo é a forma como têm sido utilizados os recursos da Educação aqui pelo estado de São Paulo. No estado de São Paulo, o limite mínimo é de 30% dos recursos e transferências do município, que têm que ser investidos na Educação, mas boa parte do uso desse limite tem sido utilizado para pagamento de benefícios da aposentadoria, ou seja, da SPPrev. Pela lei atual, isso não é possível, é vedado. Já era vedado antes, mas era um dispêndio que a rede estadual tinha utilizado.

Nesse aspecto, mediante a ação política dos servidores, dos representantes da Educação, sobre a ilegalidade do uso desse recurso, uma pressão, de certa forma, ao governo do Estado, uma das respostas do governo em 2018 foi fazer com que, em vez de gastar 30% com Educação diretamente, ele ia cumprir o limite mínimo federal, que é 25%.

Então ele garantiria que gastaria 25% na Educação, e a diferença entre os 25% e o 30% ele utilizaria para pagamento dos benefícios dos aposentados e pensionistas. Isso foi colocado pela Lei Complementar nº 1.333, aprovada em 17 de dezembro de 2018. Pode passar.

Na disputa para que esses recursos fossem efetivamente gastos com a Educação e no questionamento das contas do governo pelo Ministério Público de Contas, o Tribunal

de Contas do Estado de São Paulo aprovou uma modulação que faria com que o governo do Estado poderia fazer uso desses recursos para o pagamento de benefícios da SPPrev, mas ele teria que ser paulatinamente diminuído, até que em 2024 não se poderia usar mais recursos do Fundeb para esse pagamento.

No quadro, o que a gente vê é o modelo do que o governo poderia gastar com a insuficiência financeira da SPPrev e o quanto que isso seria diminuído. Mas, a partir da lei do novo Fundeb, ela veda no seu Art. 7º qualquer uso dos recursos do Fundeb para o pagamento de benefícios de aposentados e pensionistas.

Então, mesmo pela modulação do Tribunal de Contas do Estado, se fosse possível até 2024, pela lei federal - pela Lei nº 14.113, que é a Lei do Fundeb -, isso não é mais possível. Mas, mesmo assim, o governo estadual usou os recursos em 2021 e 2022, o que dá cerca de 4 bilhões com o pagamento dessa insuficiência financeira. Pode passar, por favor.

Isso foi uma utilização que o governo utilizou para atingir os 30%. Quando a gente analisa os dados apresentados pelo Ministério Público de Contas, a gente vai ver que, com os recursos da Educação utilizados com aposentados, o limite mínimo é atingido. Então fica geralmente acima dos 30%, à exceção de 2021.

Mas quando é aplicada a lei em que não se pode utilizar, o governo do Estado ficou abaixo do limite federal, abaixo dos 25%, à exceção do ano de 2018. Então há, de certa forma, uma questão entre qual é o entendimento utilizado pelo governo do Estado, em contraposição ao que a lei determina para o limite mínimo investido na Educação. Pode passar.

Só pegando entre 2018 e 2021, se todo recurso utilizado com pagamento da insuficiência financeira fosse utilizado efetivamente na Educação, efetivamente na manutenção e desenvolvimento do ensino, a Educação teria ganhado 35,1 bilhões. Esses 35,1 bilhões que deveriam ser utilizados para a Educação foram utilizados para o pagamento de aposentados e pensionistas. Pode passar.

Esse projeto de lei tenta, pelo menos é o entendimento que se tira, fazer com que... Como o Tribunal de Contas da União não vai considerar mais os recursos da Educação no cálculo do limite mínimo, esse projeto de lei atenta para fazer com que o limite mínimo seja colocado em 25%.

Então, de certa forma, propõe uma saída para o governo e isso retira as possibilidades para que de fato os 30% sejam utilizados para o investimento em Educação, algo que não tem sido feito pelo governo do Estado.

Então cabe fazer com que esse projeto de lei, se ele não for aprovado - que é o que se espera no sentido do benefício da Educação -, fazer com que o governo do Estado consiga de fato aplicar os 30% com Educação, com manutenção e desenvolvimento do ensino, porque isso vai possibilitar um salto de qualidade que ainda não tivemos na área da Educação.

Acho que, por ora, é isso. Fico aberto aos questionamentos.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Obrigada, Thiago. É sempre gratificante ouvi-lo. E com questão de número, ele é bem didático, porque número é difícil de passar.

Mas o que a gente tem em questão aqui é algo bastante relevante para a Educação no estado de São Paulo, e eu estendo para o Brasil. O tempo todo eu estou cá e lá, porque eu acho que essa luta é histórica dos educadores, das educadoras, da classe política, todos sempre lutaram para que a Educação tivesse seus recursos.

E, com essas palavras, eu pergunto para os Srs. Deputados, para as Sras. Deputadas, alguém quer levantar alguma questão? Acho que é importante. E não é agora o momento de deliberar nada, mas eu penso em chamar uma audiência pública, até falei com o presidente da Casa, o deputado André do Prado, pensar que a gente tem que fazer esse debate com a profundidade que tem que ser.

Não é simples dizer: “Olha, abaixou o número de matrículas”, mas a qualidade de ensino também não está a contento. Então vamos ver como juntos e juntas nós podemos melhorar, e não é mexendo no recurso da Educação. É como é que a gente melhor usa esses recursos da Educação.

Então está aí à disposição para os senhores e as senhoras perguntarem.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Pela ordem, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Pois não, deputado Lucas Bove.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Gostaria de direcionar alguns questionamentos ao nosso convidado. Boa tarde, Thiago. Obrigado pela sua presença, por atender o nosso convite. Para mantermos aqui inicialmente a sequência das coisas, gostaria que o senhor colocasse para nós qual o cargo que o senhor ocupa dentro do Dieese, por gentileza.

**O SR. THIAGO SOARES** - Sou assessor técnico dentro do Dieese. Técnico II do Dieese.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Pois não. Obrigado. O senhor também exerce algum cargo na Apeoesp, correto?

**O SR. THIAGO SOARES** - Eu sou assessor técnico do Dieese na Apeoesp.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Há uma informação de que, desde 2018, o gasto com inativos e pensionistas não é considerado para fins do cômputo do mínimo constitucional de 25% da despesa com manutenção e desenvolvimento do ensino. Gostaria de saber se o senhor tem conhecimento desses dados.

**O SR. THIAGO SOARES** - Sim, é o que foi apresentado na apresentação, da Lei Complementar nº 1.333. Então, sim, desde 2018 os 25% não fazem parte, mas levando em consideração que, do Orçamento, a Constituição Estadual estabelece que é 30% que o governo do Estado tem que gastar com Educação.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Perfeito. De acordo com a manifestação de 2023 do Conselho de Acompanhamento e Controle Social, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação, o CACS-Fundeb, a partir da recomendação do TCE, não existe mais a utilização de recursos do Fundeb para pagamento de aposentadorias e pensões no âmbito do estado de São Paulo.

Isso foi zerado. O senhor tem ciência desse documento?

**O SR. THIAGO SOARES** - Eu participo desse Conselho. Em 2022, foram utilizados recursos do Fundeb para o pagamento dessa insuficiência financeira. Acredito que, até agora, em 2023, não foi utilizado. Então sim, para 2023, exatamente, não foi utilizado recurso do Fundeb, mas em 2022, 2021, 2020, 2019 e 2018, foi.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Perfeito. Porém, quando a gente pensa aqui em alterar legislação, ela não retroage. A gente pensa para o futuro. Então há uma definição no

sentido de que houve uma finalização sumária da utilização de recursos do Fundeb para pagamento de aposentadoria e de pensões, correto? É correta essa afirmação?

**O SR. THIAGO SOARES** - Eu não posso lhe responder isso, se houve de fato uma finalização, porque a decisão para a não utilização dos recursos do Fundeb está colocada já faz algum tempo, e, de certa forma, o governo do Estado continua fazendo uso dos recursos do Fundeb para o pagamento da insuficiência financeira.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Para esclarecer, vou insistir na questão, então, se o senhor me permite. Há uma definição do Tribunal de Contas de que, até 2024, deveria haver paulatinamente, usando suas palavras, uma redução até que os recursos não fossem mais utilizados. Ou seja, o governo do Estado, até 2022, estava utilizando recursos do Fundeb, segundo sua própria informação, licitamente, correto?

**O SR. THIAGO SOARES** – Pelo Tribunal de Contas do Estado, ele estava utilizando, mas, segundo o Supremo Tribunal Federal, a utilização desse recurso não é válida, pela decisão do ministro Fachin.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - De quando é a decisão do ministro Fachin?

**O SR. THIAGO SOARES** - É de 2019.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Portanto, a partir de 2023, com esse documento do CACS-Fundeb, estamos então aqui no governo do Estado dentro da legislação tanto em relação ao parecer do TCE quanto em relação ao parecer do Supremo, sendo considerada a finalização sumária da utilização dos recursos a partir de 2023.

**O SR. THIAGO SOARES** - Posso discordar?

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Claro.

**O SR. THIAGO SOARES** - Eu discordo. Discordo, porque, em 2019, mediante uma ação da Apeoesp com relação ao cálculo utilizado pelo governo do Estado dos recursos do Fundeb para o pagamento da insuficiência financeira no investimento mínimo

da Educação, a resposta do ministro Fachin - acabo não lembrando aqui - veda. Ele fala: “Não é válido o uso dos recursos da Educação para o pagamento de insuficiência financeira, para o pagamento de aposentadorias e pensões”.

O Tribunal de Contas do Estado tem um entendimento sobre esses recursos. Essa modulação foi aprovada, se eu não me engano, a partir da aprovação de contas do governo do Estado de 2017. Em 2017, foi colocada essa modulação.

Essa modulação, até 2024 - ela valeria a partir de 2019, 2020 -, foi anterior à nova Lei do Fundeb. A nova Lei do Fundeb coloca no seu Art. 7º que é proibido. É uma lei federal. Ela está acima das deliberações do Tribunal de Contas do Estado.

Então, por mais que o governo do Estado utilize a prerrogativa ou ele utilize o entendimento do Tribunal de Contas do Estado para continuar fazendo uso dos recursos do Fundeb, da Educação, para o pagamento da insuficiência financeira, a Lei do Fundeb, que é uma lei federal, que está acima do entendimento do Tribunal de Contas do Estado, veda no seu artigo 7º. Está escrita explicitamente a proibição do uso desses recursos.

**O SR. LUCAS BOVE - PL -** Perfeito. Eu vou disponibilizar, Sra. Presidente, o documento para todos. É o Ofício nº 18, de 2023, do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, que deixa claro que o governo do Estado já procedeu com a finalização sumária da utilização dos recursos. Então, em que pese haver essa discussão sobre o parecer do TCE e a decisão do Supremo, o governo do Estado não mais se utiliza dos recursos do Fundeb para cobrir gastos decorrentes da insuficiência financeira.

Eu queria passar para o próximo tema então. Em relação à sua apresentação... Pois não.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT -** Só um instantinho. É que V. Exa. tem 10 minutos e está exaurindo. Eu pergunto se mais alguém quer se inscrever, ele se reinscreve e a gente passa o tempo para ele mesmo, tudo bem? Mais alguém quer se inscrever?

**O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO -** Eu quero, presidente. Eu não entendi. Acabou o tempo do deputado Lucas?

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT -** Sim, tem 10 minutos. Ele já passou o tempo. Eu não tive oportunidade de voltar para a Mesa e dizer: “Olha,

responde essa” e depois a gente foi... Então, agora passa, ele reinscreve e continua fazendo a pergunta. Ele continua.

**O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO** - Então eu quero me inscrever e passar o tempo para o deputado Lucas.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Muito obrigada.

**A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL** - Me inscrevo também, deputada Bebel.

**O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO** - Se você puder me deixar uns três minutinhos no final.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Deputada Paula. Não, tem sim, terá Vossa Excelência.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Eu vou ser breve então, Guto. Muito obrigado, deputado.

Em relação à sua apresentação sobre os gastos da Saúde, há de fato, obviamente, com a diminuição dos nascimentos, uma economia dos recursos da Saúde, tendo em vista a diminuição dos nascimentos, então com obstetrícia, com partos etc. e tal. Por outro lado, há um aumento da expectativa de vida das pessoas. O senhor, eu acredito, pela sua brilhante apresentação, fez uma análise detalhada disso.

É correto afirmar, então, que, com o aumento da expectativa de vida, se por um lado há a diminuição dos gastos com nascimento, com o aumento da expectativa de vida há também um aumento dos gastos da Saúde, pois as pessoas estão vivendo mais e, por esse motivo, necessitam mais da utilização da saúde pública?

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Por ora, por questão de metodologia. Dá para você anotar a questão dele e eu passo já para a deputada Paula e você responde no conjunto? Pode ser assim? Porque, se não, nós vamos monopolizar muito.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Eu faço a pergunta depois, não tem problema.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Não, meu bem, ele vai responder essa tua. A Paula faz... Não, o Guto deu o tempo para ele. Três minutos no final de tudo. Sim, entendi. Então, deputada Paula, por favor. Com a palavra, Vossa Excelência.

**A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL** - Obrigada, deputada Bebel. Antes de tudo, eu quero parabenizá-la pelas eleições da Apeoesp. É muito importante ver uma chapa aguerrida e lutadora à frente do sindicato. Quero dizer também, Thiago, quero agradecer a sua explanação. Dizer que eu considero que é fundamental esse debate, é fundamental que nós tenhamos nessa Casa... E infelizmente nós não conseguimos nos debruçar sobre todos os projetos do governo para entender o impacto orçamentário de todos os projetos que chegam a esta Casa.

É papel do Legislativo se debruçar sobre esses temas. E assustou bastante a nós, da oposição - e espero também que os deputados da base do governo -, ver que existia uma tentativa de deslocamento de parte desses recursos, que eu considero tão fundamentais à Educação, para a Saúde.

Digo isso porque, em primeiro lugar, o estado de São Paulo tem um orçamento altíssimo. Todas as pessoas sabem disso. O estado de São Paulo é um estado riquíssimo. Então pensar na distribuição das políticas públicas como um todo, nas atribuições de todas as secretarias, é fundamental, mas entendendo que, felizmente inclusive, não falta dinheiro para a Saúde.

O que falta é uma tentativa de priorização em termos de políticas públicas. Essa é a minha avaliação. Então pensar no investimento das pessoas idosas é fundamental em termos de saúde, entender o impacto de menos nascimentos é fundamental também em termos de saúde, mas também na Educação nós temos uma série de demandas que são demandas específicas.

E eu queria que, se você pudesse, falasse-nos um pouco sobre isso, porque tem toda essa discussão sobre o Fundeb, o uso do valor, a aposentadoria, que são discussões importantes, mas qualquer um de nós que já tenha ido, em algum momento - e espero que todos os parlamentares tenham essa oportunidade qualquer dia de visitar uma escola pública -, sabe que as escolas públicas são bastante precarizadas no estado de São Paulo.

Infelizmente, é banheiro que não tem papel higiênico, não tem porta, sala de aula com problema na porta, no trinco. E eu não estou nem falando sobre pagamento dos

professores, que é um grande debate e infelizmente a nossa presidenta deputada Bebel tem bastante propriedade sobre isso.

Eu falo sobre o impacto que os estudantes têm - eu acompanho muitos moradores jovens do estado de São Paulo - em viver em escolas públicas que são muito precarizadas na sua estrutura, mas também infelizmente no ensino. Porque professor mal pago também é um professor que ensina com maior precariedade.

Agora há uma promessa de abertura de novos cursos com 40 horas e cinco mil reais, se eu estou falando certo. E um professor que fica por 40 horas em sala de aula, sem falar sobre o tempo de preparação de aula e toda a dedicação que envolva isso. Então eu queria, Thiago, se você pudesse, nos falar um pouco, para além da questão orçamentária, deslocamento, tudo isso que você discutiu, qual você considera que é o impacto disso no dia a dia das escolas?

O que um deslocamento de verbas públicas dessa forma pode impactar diretamente no dia a dia das escolas? Seja na remuneração dos professores, que vêm lutando em campanhas pelo aumento salarial, seja em um tema que eu considero fundamental, o de garantir escolas mais seguras, como a gente tem debatido tanto.

Inclusive, parte da solução prevista pelo governador é uma solução que prevê a utilização de verbas da Educação para a Segurança, porque o investimento em segurança privada é um investimento cuja verba sai da Educação, e não da Segurança Pública, é parte do problema. Então que a gente entendesse um pouco o impacto disso para as escolas na sua estrutura, especialmente. Obrigada, Thiago.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Obrigada, deputada Paula. Passo então a palavra para o Thiago. Por favor, Thiago, para responder as duas questões.

**O SR. THIAGO SOARES** - Certo. Primeiro, respondendo ao nobre deputado, realmente há um aumento da expectativa de vida das pessoas no Brasil. Só que a grande questão é qual a lógica colocada a partir do projeto.

Não é fazer a discussão sobre o aumento da expectativa de vida; é contrapor a expectativa de vida a investimentos em determinadas áreas. É você fazer com que, pelo aumento da expectativa de vida da população, a área da Saúde tenha que ser atacada, afetada por conta disso. Em vez de se pensar que, pelo aumento da expectativa de vida, seria preciso integrar também maiores investimentos na área da Saúde, para que esses

conhecimentos, essas condições de ensino ou de vida, aplicados para a comunidade escolar sejam também integrativos a essa perspectiva de maior longevidade das pessoas, e não fazer com que, a partir da maior expectativa de vida das pessoas, eu vou tirar da área da Saúde.

Porque há uma ideia colocada de que a área da Saúde tem a mais, ela é privilegiada, quando, na verdade, o que está colocado, sobretudo nas condições efetivas de trabalho e de ensino, é o contrário disso. Ela não é uma área privilegiada.

Acaba sendo uma perspectiva quantitativa, porque o limite mínimo para a Educação é maior no estado de São Paulo, o que é positivo para o Estado. Eu acredito que o estado de São Paulo, por ter 30% dos seus recursos colocados para a Educação, isso é positivo, no sentido de que coloca uma importância da Educação aí, desde que aplicados efetivamente esses 30%.

É fazer com que, como a Educação tem 30%, então a gente retira dela e coloca na Saúde. Então coloca uma contraposição entre áreas que deveriam ser pensadas de maneira complementar, não de maneira conflituosa. Então acredito que seja um erro na perspectiva sobre as áreas, não sobre a ideia de um aumento da expectativa de vida das pessoas.

Respondendo à deputada Paula, realmente, a gente falando de números, além desses grandes números, a gente acaba perdendo um pouco a noção do que isso significa na sala de aula, o que isso significa para os alunos, o que isso significa para os profissionais.

A gente tem falado, utilizando os dados sobre o ensino... Tem sido muito frequente a gente pensar a estrutura da escola. Com esse projeto de lei, a gente está falando de 65 bilhões, mas, quando a gente fala a partir do que é aplicado hoje para a Educação, o que seriam 5% a menos, a gente está falando de menos nove bilhões para a Educação. Isso é um recurso considerável.

E se a gente está falando de perspectivas de uma maior qualidade de ensino, a gente está falando de contratação de profissionais; de profissionais mais bem remunerados; de salas e de escolas mais bem equipadas. Isso é importante a gente falar, porque a estrutura física das escolas, em mais de 50% das escolas, está defasada. Os prédios escolares têm, em sua grande parte, mais de 30, 40 anos, com problemas de reformas, com problemas aparentes.

Isso é colocado nos relatórios do Ministério Público de Contas. Quando ele vai fazer análise das escolas, a gente vê escolas com problemas graves de infraestrutura. Então, quando a gente fala de diminuição de recursos, a gente está falando que esses problemas graves aos quais os professores e os alunos estão sujeitos vão continuar. Isso a gente está

falando das condições estruturais, mas é preciso falar também das condições objetivas, mais subjetivas.

Saiu agora, acredito que os deputados e as pessoas aqui presentes possam ter sabido, uma pesquisa do Instituto Locomotiva falando sobre diversos assuntos envolvendo a comunidade escolar. Um ponto que chamou atenção foi a percepção dos alunos sobre a valorização dos professores. Não estou falando da percepção dos professores, estou falando da percepção dos alunos sobre a valorização dos professores. Os alunos enxergam os professores como extremamente desvalorizados, tanto do ponto de vista financeiro, da sua remuneração, quanto da condição dada aos professores para eles darem as aulas.

Então a gente perceber a Educação enquanto privilegiada nessa situação em que mesmo os alunos olham para os professores e veem que há problemas para os professores, no sentido do que eles recebem, a remuneração, o prestígio social abalado que esses profissionais têm. Como, diante de um quadro desses, de desgaste, de perdas, a gente ainda discute a diminuição de verbas para a Educação?

Fica um pouco complicado a gente pensar em um quadro desse, colocando essa contraposição que não deveria existir, quando a gente olha para o futuro a partir desse projeto, o quadro que se apresenta é uma maior desvalorização e uma perpetuação dos problemas que, de certa forma, os investimentos na Educação deveriam combater e acabam não combatendo. Então acho que é um risco muito grave esse projeto de lei, porque coloca uma perda contínua para a Educação. Acho que eu consegui responder, mas senão...

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Obrigada, Thiago. Eu passo então a palavra para o deputado Guto Zacarias. Por favor, deputado.

**A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL** - Pela ordem, presidenta. Se o deputado Guto me permite, só queria anunciar que eu vou sair da reunião, porque eu estou inscrita para falar agora no Grande Expediente, está bem? Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Está bom. Muito obrigada, deputada Paula, pela presença e pela colaboração também.

**O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO** - Bom, boa tarde a todos os deputados. Boa tarde, Thiago. Olha, Thiago, acho que eu discordei de todos os argumentos levantados

pelo senhor na tarde de hoje nesta comissão. Foi com muita alegria que eu recebi as notícias da ideia do governador Tarcísio de enviar para esta Casa um projeto que adeque o valor gasto do investimento paulista com a Educação, diminuir de 30% para 25%, que é o que a Constituição Federal defende, e na área da Saúde, aumentar esses 5% que sairiam da Educação.

Por que eu concordei com essas hipóteses? Obviamente o projeto será enviado para esta Casa, para que a gente eventualmente o melhore. Por uma questão demográfica e etária. Cada vez menos as pessoas estão tendo filhos, e esses filhos estão vivendo mais. E a lógica é que estamos precisando mais de hospitais do que de escolas.

E isso se prova nos dados. Eu trouxe aqui alguns dados do censo escolar de 2019 a 2022 e dados da Secretaria de Educação de 2023, com uma data-base em abril. No ensino infantil, de 2019 para 2020, caiu o número de matrículas; de 2020 para 2021, caiu o número de matrículas; de 2021 para 2022, caiu o número de matrículas; e de 2022 para 2023, caiu também o número de matrículas.

Isso mostra que, cada vez mais, as pessoas estão colocando seus filhos nas escolas porque as famílias estão tendo menos filhos. É uma lógica que acontece no mundo inteiro. E um ponto principal dos argumentos do Thiago nessa tarde, e também da fala da deputada Paula, é que mais gasto em Educação significa necessariamente melhora na Educação. E eu discordo disso, mais uma vez sempre trazendo dados.

Eu trouxe informações de um governo que tentou fazer isso, que foi o governo do PT, principalmente quando o Fernando Haddad era ministro da Educação. Ele aumentou exponencialmente o investimento com o Ministério da Educação e, a partir disso, o Brasil passou a gastar mais nessa área, proporcionalmente, do que países como Canadá, Japão e Coreia do Sul, cerca de 40 bilhões de aumento, tornando-se o segundo ministério mais caro durante os governos petistas.

E os resultados estão aí. Em 2012, o último ano em que Haddad era ministro da Educação, no ranking Pisa, o Brasil ficou na 58ª posição em matemática, 55ª posição em leitura e 59ª posição em ciências.

Em 2012 também, o último ano de Haddad no Ministério da Educação, mesmo aumentando exponencialmente o gasto com Educação, o analfabetismo no Brasil cresceu. Tudo isso são dados, são evidências; não é opinião. Então esse gasto aumentado pelo governo do PT não se refletiu necessariamente em melhora na Educação. Porque está claro que Educação são políticas públicas. São necessárias políticas públicas para melhorar nossa Educação, e não apenas aumentar o investimento.

Para terminar, para não me alongar mais, eu gosto sempre de citar uma frase importante para os políticos no geral, principalmente os políticos da nossa geração, que é: “A maior medida de um grande líder é como ele enfrenta a grande ansiedade do seu povo em seu tempo”.

E eu acho que o governador Tarcísio foi muito feliz nessa proposta que será enviada para esta Assembleia, porque hoje a maior ansiedade da população brasileira - e eu mostrei isso com dados, com evidências, com números - é em Saúde. E o que eu quero não é sucatear a Saúde, eu só quero que o estado de São Paulo respeite o que a própria Constituição nacional defende o que seja gasto em Educação e aumente, evidentemente, esse gasto em Saúde

Porque, como eu mostrei, há uma discrepância entre os gastos de Educação e Saúde e há uma discrepância no que o Estado paulista investe em saúde. Precisamos de mais hospitais e precisamos de melhores políticas públicas para a Educação, não necessariamente mais gasto.

A última vez que nós tentamos aumentar gasto com Educação sem políticas públicas, deu no que deu. O Brasil ficou nas últimas posições no ranking Pisa graças ao Fernando Haddad. Obrigado, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Pergunto se tem mais alguém que queira se inscrever.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Pois não, deputado...

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** – Eduardo.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Deputado Eduardo Nóbrega. Ele tem um nome tão... “Doutor” Eduardo Nóbrega.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - É só por ser advogado e costume da minha cidade.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Pois não, deputado.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Presidente, para uma boa compreensão. Então os 30% estão sendo compostos pelas despesas com ativos e inativos. É isso, Thiago?

**O SR. THIAGO SOARES** - Isso.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Não podemos usar - e nosso governo de 2023 para cá não está usando conforme o deputado Lucas trouxe - dinheiro do Fundeb.

Então isso me deixou muito preocupado agora, porque, pelos números apresentados, a despesa com inativos está fora dos 30%. Não é isso? Se o governo do Estado, então, for cumprir o mínimo da Constituição Estadual, ele vai ter que ter recursos Fundeb e recursos próprios para 30% e, ainda, os inativos. É isso?

Então foi esta a compreensão, saio daqui mais preocupado, presidente. Porque o Orçamento, pela sua natureza, é finito, e as prioridades vão ter que ser tomadas. Então é uma decisão muito importante que vamos ter que tomar nessa Casa. Obrigado, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Agradeço, deputado Dr. Eduardo Nóbrega.

Eu gostaria só de fazer um breve comentário. E não vou ideologizar, mas eu quero deixar um posicionamento que muito me preocupou, deputado Guto Zacarias, na fala de Vossa Excelência, porque, quando V. Exa. coloca a questão dos investimentos em Educação que ocorreram na era do ex-ministro Fernando Haddad - que, aliás, recentemente deu de goleada no Congresso Nacional uma resposta à política econômica no Brasil -, eu quero dizer para vocês o seguinte: naquele momento, antes até de ele ser ministro, nós não tínhamos como prioridade toda a Educação básica. Era só o ensino fundamental.

As pontas da Educação básica - a Educação infantil, que compreende creches e pré-escolas; o ensino fundamental, primeiro e segundo ciclo; ensino médio - e todas as modalidades de ensino - que compreendem Educação profissionalizante, indígena, quilombola -, todas essas modalidades que estão no escopo da Educação básica não tinham recursos. E passaram a ter através do Fundo de Desenvolvimento da Educação

Básica, e não a política de foco que tinha anteriormente, que era ensino fundamental. Só tinha recursos para o ensino fundamental.

Então não houve gasto; houve investimento; houve, inclusive, movimentos sociais. Eu era, então, conselheira do Conselho Nacional de Educação, e nós lá discutimos pautas profundas que nos levaram até a termos conferências municipais, estaduais, interestaduais e nacionais da Educação, instituindo um Plano Nacional da Educação.

Deputado Guto Zacarias, esta Casa aprovou um Plano Estadual de Educação. Nós precisamos fazer valer, porque foi quase por unanimidade, deputado Lucas Bove. Agora, nós não podemos colocar como dicotômicas as políticas públicas importantíssimas como Saúde versus Educação. Não é ou Saúde ou Educação: é saúde e Educação. É disso que nós estamos falando.

Então eu peço aos senhores o seguinte. Nós passamos dois anos de pandemia. Nós temos um déficit educacional. A violência nas escolas explicitou muitas coisas para nós, inclusive que há um certo adoecimento de mentes e corações de pessoas que perderam vidas. Diferentemente do que V. Exa. apresenta, que há uma redução de alunos nas escolas, não foi isso que aconteceu. Os alunos não voltaram para as escolas.

Eu estive, quinta-feira, na Secretaria do Estado da Educação. Fui atendida e deixei claro: “Os senhores têm que fazer uma chamada ativa. Os estudantes deixaram as escolas. Nós temos que trazê-los de volta”. Mais que isto, também é importante dizer que quase que a universalização do ensino médio integral, em vez de incluir, excluiu, porque o aluno é trabalhador.

Nós não resolvemos o problema socioeconômico da nação ainda. A gente vem com essa demanda. Nós temos que resolver. Temos que criar formas para que o estudante estude. É difícil admitir que eu esteja defendendo que o estudante estude e trabalhe, mas é o que é possível na atual realidade. Eu fui essa aluna trabalhadora.

Se você me perguntar de justiça, claro, há injustiça. Mas eu prefiro que estude. Eu não quero que deixe a escola. Se levantar, deputado Guto Zacarias - nós temos estudos sobre isso, eu dou com tranquilidade -, nós vamos demonstrar que há uma queda pesada da saída dos alunos do ensino médio: em 50% de escolas que se transformaram em ensino médio integral, os estudantes deixaram as escolas para ir trabalhar.

Então não é que não tem matrícula e não tem demanda; tem demanda. O que não tem é uma política de inclusão, de bolsas de estudo, por exemplo. O secretário executivo da Educação chegou a dizer: “Professora Bebel, mas se nós dermos uma bolsa de 400

reais para os estudantes do ensino médio ficarem nas escolas?”. É um bom início de conversa. Essa é uma conversa.

O que não pode é: “Vire-se e venha ter ensino médio integral”. Esse é um debate que precisa ser feito. E sempre pensar que Educação é investimento; não pode ser gasto, porque é a geração futura. São esses que vão tocar o País. Nós não estamos eternamente. Passo, então, a palavra para o Thiago Soares, que é técnico do Dieese.

**O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO** - Professora Bebel, pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Oi, querido.

**O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO** - Posso só responder antes do Thiago, se ele me permite?

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Pode. Vossa Excelência tem autoridade aqui. Pois não.

**O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO** - Vamos ser francos, Professora Bebel: o seu partido destruiu a Educação no Brasil. A gente sabe disso. (Vozes sobrepostas.)

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Presidente, eu gostaria de pedir que os convidados não se manifestem.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Eu estou pedindo. Eu falarei, eu falarei.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Porque é um ambiente democrático. Se não mantivermos o decoro aqui...

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Deputado, eu estou na Mesa e eu vou fazer isso. Eu peço, então, a todos e todas que estão assistindo. Gente, por favor, ajudem-me aí. Daí vocês me ajudem. Nós vamos fazer o bom debate nas boas audiências públicas. Vocês terão falas, e a gente poderá explicitar. E o Guto vai para a audiência pública. Nós temos que enfrentar.

**O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO** - Com certeza.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Por favor, deputado Guto Zacarias.

**O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO** - Obrigado. Eu estou até confuso aqui se a gente está vivendo no País em que eu acho que a gente está vivendo.

O PT destruiu a Educação do Brasil. A Professora Bebel não quer chamar de gasto; quer chamar de investimento. Eu também concordo que Educação é investimento, só que, como todo investimento, você pode fazer um investimento malfeito. O investimento do PT na Educação foi um investimento malfeito.

Coloquei aqui: o Brasil hoje, após o governo do PT, gasta proporcionalmente mais do que Canadá, Japão e Coreia do Sul em Educação. A nossa Educação é melhor do que a desses países? Não é. Não é.

No fim do governo do PT, a que a Professora Bebel é filiada - é uma deputada do PT, elogiou o Fernando Haddad -, o Brasil estava na 55ª posição em leitura, 59ª posição em ciências e na 58ª posição em matemática. É um investimento malfeito. Está tudo claro.

Aí a Professora Bebel diz que nós temos que gastar em Educação e Saúde; investir. Está bom, nós temos que investir em Educação e Saúde, eu concordo. Só que o que as pessoas às vezes esquecem é que existe Orçamento, e o cobertor é curto.

Eu quero que o Estado de São Paulo tenha cada vez mais recursos para poder gastar em Saúde. Só que, para isso, a gente tem que fazer uma reforma administrativa que corte privilégios. O PT é contra. Para isso, a gente tem que fazer uma reforma tributária. O PT é contra. Para isso, a gente tem que privatizar estatais. O PT é contra.

Aí o PT vem e diz que tem que aumentar os gastos com tudo, se não quer fazer reformas que melhorem o Estado. Então não dá para fazer. E a última vez que o PT tocou a Educação do Brasil, terminou com a Educação que nós temos hoje. É obra do PT, que destruiu a Educação do nosso País.

E a Professora Bebel... (Vozes sobrepostas.) Destruiu. Eu mostrei aqui os dados, gente.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Pessoal, por favor.

**O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO** - A 55ª posição em leitura é uma posição ruim. Tem um dado, ranking Pisa, que é um ranking internacional que atesta a qualidade da Educação. Nesse ranking Pisa, o PT ficou na 50ª posição em matemática. Não tem o que discutir. Destruiu a Educação do nosso País. Pronto, acabou. (Vozes sobrepostas.) Pronto, acabou.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Pessoal, por favor.

**O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO** - Não, eu quero saber. É bom estar na 59ª posição em ciências? É um bom resultado? Pelo amor de Deus. (Vozes sobrepostas.) Por favor, presidente.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Presidente, por favor.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Não, eu vou garantir...

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - O senhor quer a palavra?

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Não, pera aí. Lucas...

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - O senhor se candidate na próxima eleição e aí o senhor senta aqui e tem a palavra.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Lucas, por favor.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Por enquanto, não.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Por favor.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Presidente, por favor, a ordem.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Por favor, eu vou pedir.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Vamos ter que esvaziar aqui, presidente?

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Não, não vai. Eles têm consciência de espaço. Sabem perfeitamente que o importante é nós garantirmos o debate. Vocês são importantes aqui. Outrora eu quis sempre fazer um debate desse, e não conseguimos. Estamos conseguindo? Então está ótimo.

**O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO** - Isso faz parte da democracia, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Então, por favor, Guto. Vamos só concluindo, para a gente poder passar. Está bem, querido?

**O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO** - Está bem. A minha preocupação, presidente, é sempre com a Educação do nosso país, então quando a gente vê esse ranking Pisa mostrando a qualidade da Educação, eu fico revoltado. Se alguém quer defender um partido, a ideia, um ministro, tudo bem. Eu quero defender a Educação. E eu mostrei aqui que a Educação piorou.

E a Professora Bebel, respondendo só para concluir para não tomar tempo do Thiago que veio aqui hoje, falou que o Fernando Haddad deu uma goleada no Congresso Nacional. Que goleada? O arcabouço fiscal? O novo arcabouço fiscal prevê uma arrecadação - ou seja, aumentar impostos - de 150 bilhões de reais.

Hoje, no Brasil, o imposto é muito mais no consumo do que na renda. Ou seja, quem paga mais imposto hoje são os mais pobres. Aí o PT, que diz defender os mais pobres - proporcionalmente, é -, está planejando aumentar imposto das pessoas mais pobres. Isso é uma goleada? Eu acho que isso não é uma goleada. Só se for uma goleada de quem quer aumentar imposto de pobre. Concluí, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Obrigada, deputado Guto Zacarias. Passo, então, a palavra para o deputado...

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Pela ordem, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Pois não, deputado.

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Só queria fazer uma breve conclusão aqui.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Pois não, deputado, e passo imediatamente para...

**O SR. LUCAS BOVE - PL** - Obrigado. Serei breve, prometo, Professora. Corroboro as palavras do deputado Guto. E a goleada na verdade veio do Planalto. Foi mais de um bilhão de reais em emendas liberadas para os deputados no dia da votação do arcabouço fiscal, então a gente sabe como é o modus operandi do governo federal. Não precisamos entrar nesse mérito aqui.

Eu queria agradecer muito a presença do Thiago, dos nobres deputados, da professora, que fez o convite. Foi a senhora que fez o debate, não foi? Em que pese alguns não gostarem de debater, não gostarem de ouvir o outro lado, é muito importante o debate. E nós aqui trabalharemos para que sempre haja o debate, porque todos os deputados que estão aqui têm legitimidade para estar, assim como o nosso assessor técnico do Dieese, que tem capacidade e legitimidade para apresentar os seus dados.

Fiquei muito contente com a apresentação, ao contrário do nosso colega que antes fez a sua explanação aqui, eu saio muito tranquilo dessa primeira conversa que nós tivemos acerca dessa alteração orçamentária, porque nós pudemos verificar aqui hoje que, de fato, há uma diferença entre o aumento de nascimentos e o aumento da expectativa de vida, o que corrobora a estratégia do governo.

Há também uma questão muito bem colocada pelo deputado Guto, de que o Orçamento é um só, então infelizmente escolhas devem ser feitas no sentido de o que atender. Nós sabemos que são mais de 30 milhões de usuários do sistema de saúde, enquanto no sistema de Educação são cerca de 3 milhões. Não que não seja importante, mas nós precisamos definir esse tipo de prioridade.

O novo ensino médio, que a Professora muito bem colocou, está sendo revisto aqui no âmbito estadual. O secretário Feder tem planos ambiciosos para que de fato esses alunos que precisam trabalhar... E concordo com a Professora; é uma triste realidade, mas é uma realidade. Muitos dos alunos precisam trabalhar, então o período integral de sete horas ou que começa e termina à noite, muitas vezes não atende a demanda desses alunos. E é isso.

O mais importante é que nós sabemos que, antes de discutir a utilização do Orçamento, é preciso discutir como a gente pode otimizar essa utilização, como a gente

pode melhorar o uso desse valor. Se é 25%, se é 30%, certamente o governo, quando mandar a PEC para cá, vai apresentar suas considerações, a oposição vai fazer as dela.

Mas o mais importante é que estamos aqui todos imbuídos na melhora, não só da Saúde como da Educação. Nós acreditamos que a Educação pode ser melhorada simplesmente com uma melhor destinação dos recursos. Muito dinheiro não significa qualidade. É uma questão que me parece óbvia. Mas parabéns, deputada, pela atitude, e parabéns ao Thiago, assessor, pela sua explanação. E muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Obrigada, deputado Lucas.

**O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS** - Pela ordem, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Pois não, deputado Tomé Abduch.

**O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS** - Eu estou aqui ouvindo as considerações e as discussões. Eu gostaria de poder fazer algumas considerações. Há alguma dúvida de que a Educação no Brasil não é boa e de que no estado de São Paulo a Educação não está boa? Não há dúvida disso. Há alguma dúvida de que a saúde também não está boa? Acho que todos nós temos essa consciência.

Existem alguns fatores importantes para que a gente possa melhorar a Educação do estado. Primeiro ponto: professor ganha mal. Não há dúvida disso. Os professores devem sim ser mais bem remunerados. Outro ponto importante é que realmente as escolas, na grande maioria, deputado Lucas Bove, Professora Bebel, estão sucateadas. As escolas não têm um ambiente saudável para as nossas crianças. Também não há dúvida disso.

Porém, existem outras coisas que foram colocadas aqui que também são relevantes. Há uma ineficiência do dinheiro público gasto. Nós não podemos ter um Orçamento, no Brasil, maior do que nós temos em países desenvolvidos, como Japão e Canadá, e lá ter uma Educação de primeiro mundo, e aqui, a gente gastando mais dinheiro, ter uma Educação de péssima qualidade.

Vocês concordam também que nós precisamos melhorar a eficiência dentro do dinheiro público gasto? Eu não tenho dúvida disso. Isso é uma série de fatores que nós precisamos colocar em consideração.

E há um outro ponto: o estado de São Paulo está deficiente em várias situações. Nós temos enfermeiros ganhando mal, médicos ganhando mal, policiais ganhando mal. Tivemos aqui na casa o primeiro aumento de uma das secretarias, que foi o aumento dos policiais militares e dos policiais civis. Em breve, outras secretarias vão passar pelo mesmo processo, como a SAP, que é a secretária que cuida dos presídios e que cuida da Fundação Casa.

Nós temos um estado inteiro para olhar e um Orçamento que é restrito. Então eu queria dizer um pouquinho como que nós podemos fazer para poder desenvolver o nosso estado no aspecto de ter uma arrecadação maior. É aumentando impostos? No meu ponto de vista, não. É a gente tirando as burocracias, para que as empresas possam crescer.

Vejam bem. A renda per capita do Brasil hoje está na casa de 1.500 reais. O que uma pessoa faz com isso? Nada. Com os descontos de CLT, sobram 900. Alugar uma casa em uma periferia ou em uma comunidade não custa menos do que 500 reais. A grande maioria dessas pessoas têm 400 reais para poder passar o seu mês, alimentar sua família, comprar remédio, vestir seus filhos. E é praticamente impossível viver com isso.

A partir do momento que a gente consegue trazer investimento para o estado, desenvolve as empresas: as empresas passam a crescer; essas empresas passam a gerar mais empregos; começam a faltar profissionais. O valor que você recebe por mês passa a crescer. Essa pessoa, quando ganha mais, ela vai mais ao supermercado, ela compra mais e ela faz com que a indústria rode, com que os distribuidores rodem, com que o comércio rode e com que se arrecade mais impostos.

Então nós temos vários problemas estruturais para que a gente possa discutir. O que a gente não pode, no meu humilde ponto de vista, é ficar discutindo ideologia. Realmente, nós tivemos Orçamentos muito significativos e houve sim ineficiência. Precisamos melhorar os salários? Com certeza.

Então acho que nós temos que ter equilíbrio aqui, ter os pés no chão, para que a gente possa atender as nossas crianças dentro da escola e compreender que não é somente aumentando o valor que a gente melhora a Educação. Claro que, com mais dinheiro, podemos fazer muito mais, não há dúvida disso. Mas o dinheiro tem que ser bem empregado.

Então eu queria fazer essa ponderação, presidente Bebel, para que a gente possa sempre olhar para o macro, porque muitas vezes a gente foca somente em um ponto, e a gente esquece que nós temos um estado inteiro para ser administrado, com inúmeros problemas. E aí eu queria passar para vocês um otimismo. Eu vejo, aqui nesta Casa, com

o equilíbrio da grande maioria dos deputados, que nós temos condições, juntos e unidos com responsabilidade, de transformar o estado de São Paulo em um exemplo.

Nós temos hoje um governador com uma ideologia com que muitos de vocês podem não concordar, porque ele é mais à direita e alguma pessoas enxergam o mundo de uma maneira diferente, e isso deve sim ser respeitado, mas nós também vemos que ele é equilibrado, que ele é responsável, que ele não tem hoje nenhum tipo de ação que desrespeite a população.

O que eu gostaria? Que nós aqui, em vez de estarmos discutindo, um atacando o outro, possamos ter uma compreensão de que, juntos, nós somos mais fortes. Nós temos que nos unir. Noventa e nove por cento do que nós queremos aqui para o mundo é o mesmo: um mundo melhor, uma Educação melhor, uma saúde melhor, mais empregos, mais arrecadação, mais dinheiro. E assim desenvolvemos o estado.

Essas são minhas ponderações. Eu espero que, juntos aqui nesta Casa, nós possamos contribuir para melhora da Educação e de outros fatores importantes para o nosso estado. Muito obrigado, presidente.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Eu agradeço, deputado Tomé Abduch. Não é um nome muito fácil.

**O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS** - Abduch.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Abduch. Então vou falar direitinho.

E quero dizer para o senhor o seguinte: eu não tenho problema de conviver com direita e esquerda. O que o senhor explicou em plenário outro dia foi correto. O senhor não é uma extrema-direita. O senhor é de direita. Isso há que ser respeitado. Ser de direita é ter um lado. Eu sou de esquerda, tenho meu lado, e assim vai.

O que a gente não pode é partir para algumas coisas que nós vimos e não queremos ver mais. Acho que há um consenso. Se tem esse consenso, é preciso chegar a algum entendimento.

O senhor toca em pontos, na minha também humilde opinião, que vão ao encontro nosso. O senhor entende que tem que ter qualidade de Educação; entende que há que ter escolas mais bem equipadas; tem que se desenvolver ensino e aprendizagem...

**O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS** - Melhores salários.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Melhores salários. Nós temos esse entendimento. Para quem está aqui, não é que eu estou de um lado. Nós vamos ter que ir juntos, porque no ano passado - é importante que todos que estão aqui saibam - , o confisco de aposentados e pensionistas foi uma união de todos. Por isso foi vitorioso.

Eu acho que a gente sai desta pauta vitoriosa se a gente conseguir demonstrar - e nós vamos demonstrar, deputado Lucas Bove, deputado Zacarias, eu não distorço nada, mas procuro tratar as questões para poder exatamente ver como é que a gente equaliza, como é que a gente chega juntos nessa luta e que a bandeira da Educação pública de qualidade seja de todos, uma bandeira mesmo.

Mais que bandeira, tornar-se realidade. Acho que isso é maior para nós do que qualquer outra coisa. Que os filhos de todos e todas possam estudar. Que sonho é esse? É um sonho que não deveria ser; teria que ser real.

Então, com essas palavras, eu quero dizer que fui tocada muito; tocada por todos e todas que estão aqui, quiseram vir exatamente, porque é um tema tão importante. Ter a presença deles aqui, às vezes a gente se incomoda com aplauso, isso ou aquilo, mas são pessoas também que estão preocupadas. Então, em nome deles, eu agradeço, e passo a palavra para o Thiago, que é o nosso técnico do Dieese.

Por óbvio, a gente pode ter um outro momento e trazer alguém da USP, por exemplo, ou alguém que vocês indiquem que venha. Eu não tenho esse problema. Aliás, nós poderíamos ter combinado juntos o requerimento: vocês indicando alguém; eu alguém, e ter as contraposições na Mesa. Eu acho isso muito importante. Por favor, Thiago.

**O SR. THIAGO SOARES** - Obrigado, Bebel. Pontuando um pouco as...

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Para as considerações finais, porque essa audiência está durando duas horas quase.

**O SR. THIAGO SOARES** - Então não vou responder nada.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Não, querido. Considerações finais. Não quer dizer que você só vai falar “tchau”.

**O SR. THIAGO SOARES** - Não, só respondendo rapidamente ao deputado Guto, quando ele cita o ensino infantil e a queda dos números, há que se notar que há uma sub-representação das crianças no ensino infantil.

O número de crianças nas creches é muito menor do que o número de crianças existentes. Então utilizar os dados da Educação infantil, que nem é, de certa forma, responsabilidade da rede estadual de Educação, acaba não dialogando muito.

**O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO** - Thiago, só um apontamento de um segundo. Eu também tenho aqui os dados sobre o ensino fundamental e ensino médio. Todos caíram.

**O SR. THIAGO SOARES** - Certo, sim. Estão caindo, com certeza. Mas é um pouco do que foi mostrado nos dados, pelo menos nos dados que eu analisei: nos dados da Sinopse Estatística, que são baseados no censo escolar, o ensino fundamental não caiu.

**O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO** - Caiu. Não sei se os dados não são os da apresentação, mas a sua apresentação vai até 2021. Eu trouxe dados que vão até 2023, segundo a Secretaria de Educação, e até 2022, segundo o censo escolar. O fundamental cai, o médio cai, o infantil cai, e no total também cai. Dados do censo escolar, gente.

**A SRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Deputado Guto, vamos só deixar, e depois eu passo a palavra para V. Exa., não tem problema. A Mesa é democrática, não se preocupe.

**O SR. THIAGO SOARES** - Tudo bem. Então, só analisando a questão do ensino infantil, a gente viu que, na aprovação do novo Fundeb, a preocupação do novo Fundeb é aumentar o número de vagas. Por conta da baixa representação do ensino infantil, um dos aspectos primordiais do novo Fundeb em uma das complementações, é fazer com que se construam mais creches para que haja mais vagas no ensino infantil.

Então a tendência é que se aumente o número de vagas no ensino infantil e não que se diminua, apesar da queda de natalidade. Então a queda de natalidade acaba não conversando com o número de matrículas, é isso que eu quero dizer.

O segundo ponto, sendo bem rápido, é a questão da competência dos entes federativos. Foi citado o ministro Haddad. Quando ele era do MEC, representando a

União, ele está mais relacionado ao ensino superior. E se a gente analisar os dados do que foi o crescimento do ensino superior durante o governo do PT, é só pegar os dados e pegar o número de matrículas, o número de coisas abertas, enfim.

E aí - pegando a relação, já terminando aqui -, eu acho que a discussão é primordial, para a gente pensar o que o Estado de São Paulo, se a ideia é ele pensar em si mesmo enquanto vanguarda e fazer com que esses 30%... Porque, apesar de a gente falar do Orçamento, nesse aspecto é defender o que já existe; não é nem fazer com que aumentem os recursos dos investimentos em Educação. É fazer com que o que está na legislação estadual seja cumprido, que não seja alterado. É fazer valer a letra da lei hoje.

O que está sendo discutido aqui não é nem aumento de investimentos. É fazer com que se cumpra o que está na legislação estadual. Então essa discussão é extremamente necessária, eu agradeço o espaço, o Dieese está aberto para que, a partir do momento que seja chamado ou convocado, a gente possa fazer essas discussões.

E pensar que todos, assim como foi falado pelos nobres deputados e acredito que as pessoas que estão aqui presentes, a gente está pensando mesmo no que é melhor para a Educação e Saúde. Eu acho que pensar em quais formas isso pode ser feito é o que vai fazer com que esse salto que a gente tanto quer, tanto para a Educação quanto para a Saúde - e pensando essa qualidade de ensino e a qualidade na expectativa de vida, porque não é só pensar o aumento da expectativa de vida; é pensar a qualidade dessa vida também - está muito associado ao quanto e a de que forma o Estado produz essas políticas públicas e a de que forma ele investe para que essa qualidade seja efetivada na vida das pessoas.

Muito obrigado pelo espaço. Estamos à disposição.

**ASRA. PRESIDENTE - PROFESSORA BEBEL - PT** - Mais algum comentário?  
(Palmas.)

Terminadas as explicações, acho que todos tiveram voz e acho que, respondido ou não, ao longo do tempo a gente vai aprofundando. Agradeço. Está encerrada a nossa sessão ordinária na Comissão da Educação. Agradeço ao deputado Lucas Bove, deputado Guto Zacarias, deputado Tomé Abduch, à deputada Marta Costa, que esteve conosco aqui até agora, à deputada Paula da Bancada Feminista e ao deputado Dr. Eduardo Nóbrega, que esteve entre nós.

Agradeço. Eu quero dizer para vocês que vocês estão dando qualidade para a Comissão de Educação. Muito obrigada, viu?

\* \* \*

- Encerra-se a reunião.

\* \* \*